

Campanha Global pela Educação

SISTEMA DE ADVOCACIA DA CGE

Contexto

A Campanha Global pela Educação representa a voz da Sociedade Civil nos espaços e processos políticos educativos mundialmente. Os nossos membros advogam e fazem campanha juntos por uma educação gratuita, inclusiva e de qualidade, sem discriminação, promovem a aprendizagem contínua e valorizam e apoiam adequadamente a profissão do professor e as organizações de jovens, estudantes e pais.

Fundado em 1999 durante o Fórum Mundial de Educação em Dakar para fornecer uma plataforma unificada que coordena o trabalho da Sociedade Civil na educação, somos um movimento global que engloba coalizões, redes e sindicatos nacionais de educação de todo o mundo e organizações internacionais e regionais.

Coordenada por um Secretariado Global e sob a supervisão estratégica de um conselho que representa todos os grupos constituintes, a nossa missão é promover e defender a educação pública gratuita e de qualidade como um direito humano básico, e mobilizar a pressão pública.

Por que um Sistema de Advocacia?

Este sistema é uma ferramenta necessária para definir como as acções de advocacia apoiam a realização do Plano Estratégico da CGE 2023-2027. Pretende ser suficientemente flexível para adaptar-se a diferentes contextos e mudanças políticas e baseia-se na experiência dos membros da CGE.

Embora o Plano Estratégico seja mais detalhado e um tanto rígido, com o qual o movimento definiu as suas metas, objectivos, prioridades e marcos, o Sistema de Advocacia e as suas directrizes não são concebidos para duplicar estes conteúdos, mas ao invés disto oferecem uma estrutura básica sobre a qual a CGE estabelecerá os seus planos de implementação de advocacia, cujas prioridades foram estabelecidas.

O Sistema de Advocacia é alimentado por várias fontes e responde a uma diversidade de contextos e actores, para que as acções empreendidas pelos membros da CGE respondam ao Direito Internacional dos Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, ajustem-se às necessidades que possam emergir no nível nacional, regional e níveis globais.

O contexto geral deste sistema é fornecido pelo Plano Estratégico da CGE 2023-2027 e pela Estratégia de Género da CGE, que por sua vez são inspirados no quadro conceptual e normativo do direito à educação, na [Agenda da Educação 2030](#) e nos compromissos assumidos no âmbito da [Cimeira da Educação Transformadora](#).

O Sistema de Advocacia visa fornecer ao nosso movimento a lógica necessária para inspirar acções concretas, sem pretender ser por demais prescritivo e limita-se à validade do Plano Estratégico da CGE. A CGE acredita que o fortalecimento do trabalho de advocacia melhorará a capacidade da coalizão construir processos, expandir o espaço civil e o envolvimento, forjar uma solidariedade mais forte em todo o movimento e combater as múltiplas formas de autoritarismo e ameaças à democracia.

Embora os Estados sejam os principais responsáveis pela concretização do direito à educação, a CGE entende que existe uma miríade de intervenientes, incluindo o sector privado, empresas e suas fundações, agências da ONU e organizações multilaterais, organizações de caridade, universidades, sindicatos, grupos de reflexão, etc., que poderiam ser alvos da nossa acção de advocacia.

Estas acções também exigem o estabelecimento de alianças estratégicas com movimentos fora da educação – por exemplo, aqueles que desafiam a dívida ilegítima, promovendo direitos e liberdades políticas, justiça fiscal, justiça climática e de género.

Este esquema esclarece as diferentes camadas em que o Sistema de Advocacia está inserido:



Este Sistema de Advocacia é complementado pelas Directrizes de Advocacia, e ambos os instrumentos devem ser considerados em conjunto na definição e implementação de actividades de advocacia a favor do direito humano à educação.

O que queremos dizer com...

Política. Política é o conjunto de princípios políticos que orientam o trabalho da Campanha Global pela Educação, definidos e inspirados pela sua constituição, estatutos, resoluções e posições.

Advocacia. É o conjunto de acções coordenadas destinadas a influenciar as decisões essenciais para avançar na realização do direito humano à educação, incluindo a concepção, implementação e acompanhamento de políticas públicas.

Pesquisa. A CGE opta pela pesquisa orientada para a advocacia, entendida como a investigação sistemática e participativa sobre vários factores relacionados com o direito humano à educação, necessária para actualizar a nossa política e orientar as acções de advocacia.

Campanha. Um conjunto organizado de acções realizadas durante um período com o objectivo de alcançar resultados concretos através de processos de advocacia, comunicação, mobilização e desenvolvimento de competências sobre o direito humano à educação.

Comunicação. É a troca e divulgação de informações sobre temas específicos da CGE, que incluem dados, conteúdos visuais, declarações, posicionamentos, dúvidas, consultas e os demais símbolos e sinais relacionados ao trabalho da CGE.

Capacitação. É o processo que visa desenvolver a construção de conhecimentos, sensibilidades e competências necessárias para compreender criticamente, defender e promover o direito humano à educação nos ambientes organizacionais, comunitários, institucionais e políticos em que os membros da CGE operam.

Propósito

O Sistema de Advocacia sugere os princípios e abordagens sobre os quais o movimento é chamado a desenvolver as suas acções de advocacia nos níveis nacional, regional e internacional, alinhando-se com as prioridades e acções estratégicas principais declaradas no Plano Estratégico da CGE 2023-2027.

Áreas Prioritárias

O Plano Estratégico da CGE 2023-2027 contempla as seguintes áreas prioritárias e questões fundamentais:

- Educação Transformadora (aprendizagem digital, liderança educacional, educação relevante, educação de qualidade sobre mudanças climáticas)
- Educação em emergências e crises

- Financiamento da Educação
- Aprendizagem contínua (Educação Fundamental & Educação e Aprendizagem de Adultos)
- Igualdade e inclusão (igualdade e transformação de género, inclusão de pessoas portadoras de deficiência, inclusão de população excluída e igualdade racial)
- Professores e ensino
- Jovens, estudantes e suas organizações/sindicatos

Estas áreas marcam o contexto operacional no qual as actividades de advocacia devem ser implementadas.

Princípios

O Sistema de Advocacia é inspirado numa série de princípios necessários para construir um movimento global articulado e consistente, capaz de influenciar a tomada de decisões para acabar com a exclusão na educação.

Linguagem comum: o reconhecimento da universalidade dos direitos humanos é fundamental para proteger, concretizar e cumprir o direito à educação para todos e em todos os contextos. A abordagem da educação baseada nos direitos humanos é necessária para contrariar as visões utilitaristas, reducionistas e colonialistas da educação, que a consideram um privilégio ou uma mercadoria. A CGE pretende construir uma linguagem comum e um entendimento comum do direito à educação, com base nos padrões estabelecidos pelo direito internacional dos direitos humanos e apoiado pelos órgãos dos tratados da ONU e pelos procedimentos especiais, recomendações e observações relevantes.

Abordagem holística: a CGE trabalha com todas as partes interessadas envolvidas na defesa e promoção do direito humano à educação e desenvolve acções de advocacia interligadas nos níveis nacional, regional e global. Reconhecemos a diversidade social e cultural como um valor precioso que permite as pessoas e as comunidades unirem-se e encontrem soluções viáveis para os seus problemas. Além da educação, estamos empenhados na luta pela descolonização, como forma de construir um mundo mais inclusivo e igualitário, no qual as pessoas sejam valorizadas pela sua dignidade intrínseca, independentemente de quem sejam e onde vivam.

Participação, coordenação e mobilização: como movimento democrático e crítico, a Campanha Global pela Educação cresce com a participação dos seus membros e permanece em vigor com a constante mobilização social que promovem. A organização e a construção de movimentos são essenciais para o trabalho de advocacia e requerem coordenação e apoio, para que o envolvimento das partes interessadas e o compartilhamento de experiências e

conhecimentos sejam uma pré-condição para aprender com as boas práticas na promoção da advocacia colectiva. Enquanto a CGE participa na arquitectura da educação global, assegura que a sua agenda e recomendações baseiem-se nas realidades enfrentadas pelos movimentos nacionais e pelas OSCs. Portanto, trabalha com os seus membros para garantir as ligações locais-nacionais-regionais-globais da sua advocacia e para garantir que os compromissos globais com a educação sejam traduzidos em acções políticas nos países.

Consciencialização pública: a construção de uma linguagem comum, bem como a participação e mobilização, só é possível quando se mantêm sistemas de informação que envolvem todos os membros e parceiros da CGE. A sensibilização do público é a chave para a divulgação de apelos e declarações em tempo certo e fundamentadas, que devem ser sempre consultadas dentro do movimento.

Planeamento estratégico: boas intenções e compromissos políticos não são suficientes. É necessário trabalhar de forma realista, coordenada e também pragmática. Isto só pode ser alcançado através da análise dos contextos e da implementação de abordagens metódicas que fazem parte de um planeamento estratégico, devidamente baseado na política de movimento. O planeamento estratégico é também a forma de medir e monitorizar os resultados da advocacia e identificar lacunas e necessidades.

Responsabilidade: a CGE acredita na solidariedade como elemento de base do nosso trabalho. Este princípio motiva-nos a partilhar as nossas conquistas e também as nossas necessidades, especialmente quando beneficiamos do apoio de outros: doadores, parceiros ou pessoas que depositaram em nós a sua confiança. Assim como exigimos isto dos governos, a CGE assume a responsabilização como uma obrigação. A responsabilização inclui mecanismos institucionalizados de aprendizagem de monitoramento, governação sensível ao género e transparência. É o mecanismo para preservar ambientes confiáveis e perspectivas críticas.

Abordagens estratégicas

A CGE é chamada a participar em todos os espaços relevantes de advocacia nos níveis nacional, regional e global. Cada membro deve determinar o mérito da sua participação e o Secretariado Global é chamado a manter o envolvimento internacionalmente. É desejável que a participação em espaços de advocacia esteja ligada aos objectivos do plano estratégico e permita um fluxo de informações sobre desafios, conquistas e lições aprendidas. Isto permitirá ao movimento aproveitar as boas práticas colhidas e melhorar as suas operações no terreno.

Para cada área prioritária, o Secretariado Global da CGE deve estabelecer comunidades de aprendizagem ou grupos de trabalho, convidando os membros da CGE a coordenar as suas experiências em todos os espaços de advocacia.

Ao mesmo tempo, os eventos internacionais liderados pelo Secretariado Global devem promover o envolvimento dos membros, especialmente quando o seu trabalho oferece

contribuições críticas para os objectivos prosseguidos por estes eventos internacionais. O envolvimento deve ser promovido tanto nos grupos de trabalho como no contacto directo com os membros.

Envolvimento e análise de políticas

A definição de políticas e posições políticas é o cimento que mantém o movimento unido. É o mecanismo que reflecte a construção de consenso sobre posições políticas, a aprendizagem colectiva e que orienta o movimento para alcançar os seus objectivos estratégicos. A análise das realidades políticas nacionais, regionais e internacionais leva à actualização constante das políticas institucionais, com as quais o movimento se beneficia e se fortalece.

O envolvimento e a análise de políticas devem ser uma parte substancial da agenda dos grupos de trabalho e da comunidade de aprendizagem e de qualquer outro órgão consultivo ad hoc que o Secretariado Global integre para o trabalho operacional nas suas campanhas e planos de advocacia.

Avaliação do ambiente político em que a CGE opera

O envolvimento político não é um exercício académico, muito menos abstracto. Deve basear-se numa avaliação política contínua do ambiente em que os membros da CGE trabalham. A luta pelo direito à educação é essencialmente um processo político e, portanto, requer uma análise do contexto que facilita as forças em conflito, os actores institucionais e comunitários, as oportunidades de influenciar e os riscos associados em fazê-lo.

Este trabalho requer o desenvolvimento de capacidades nos nossos membros, incluindo processos de acção de pesquisa e directrizes específicas para avaliação política.

A liderança destes processos não deve ser centralizada, uma vez que quem melhor conhece a situação política nacional e regional são os membros nacionais e regionais. O papel do Secretariado Global é facilitar a análise crítica, o intercâmbio e a divulgação de informações.

Influência política e “lobbying”

A avaliação política não deve ser um fim em si e deve, idealmente, envolver uma diversidade de parceiros e partes interessadas, dentro e fora dos governos, com os quais possam ser compartilhadas opiniões críticas. Todos os actores críticos devem ser identificados. Obviamente, deve ser assegurada uma análise independente, para que os actores estatais beneficiem das perspectivas autónomas da sociedade civil e, ao mesmo tempo, construam uma massa crítica para as mudanças necessárias nas políticas públicas.

Para este efeito, sempre que possível, a relação construtiva com os actores estatais, especialmente os decisores, deve ser valorizada dentro do direito à educação e à avaliação

política. A construção de relações de cooperação costuma ser difícil no caso de governos abertamente autoritários, diante dos quais é necessário articular ações que por um lado protejam os activistas da sociedade civil e por outro influenciem a construção de condições democráticas. O planeamento destas ações é minucioso.

A discussão sobre resumos de políticas, relatórios de investigação e outros documentos deve atingir vários níveis institucionais, desde autoridades superiores a operadores institucionais, incluindo professores, directores, estudantes e funcionários de nível médio.

As memórias, notas e relatórios derivados destas actividades permitem ao Secretariado Global conduzir “lobbying” internacional directamente relacionado com a ação política nos níveis local e nacional.

Estas experiências devem ser recolhidas e sistematizadas pelo Secretariado Global através das suas publicações e do Centro de Aprendizagem, permanecendo à disposição de todos os membros para seu benefício contínuo.